



Boas Práticas para a Restauração Ecológica **Inclusiva**



Para que e a quem se destina este guia

Este guia tem como objetivo orientar projetos e iniciativas de restauração ecológica, apoiar a formulação de políticas públicas, a elaboração de editais e a atuação de financiadores, promovendo uma abordagem mais inclusiva.

O guia se destina a **indivíduos, grupos e organizações que influenciam ou são impactados**, direta ou indiretamente, **pelas ações de restauração ecológica**. Isso inclui: Povos Indígenas e Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIQPCTAFs), pequenos(as), médios(as) e grandes proprietários(as) e produtores rurais, órgãos governamentais, organizações não governamentais, empresas privadas, técnicos(as) extensionistas, cientistas e instituições acadêmicas, órgãos financiadores, investidores de impacto e representantes do mercado financeiro, além de outros mobilizadores e tomadores de decisão.

Ao longo do texto, todos esses atores serão referidos coletivamente como **grupos locais**.

DIRETRIZES PARA A RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA INCLUSIVA



A **restauração ecológica inclusiva** é a prática que visa a recuperação ecológica de ecossistemas degradados, ao mesmo tempo em que incorpora a participação ativa de diversos grupos locais na tomada de decisão, especialmente mulheres, juventudes e PIQPCTAFs. Para isso, é essencial a cocriação de soluções socioambientais junto aos grupos locais, de maneira a integrar os saberes científicos e tradicionais na produção de inovação social, respeitar e valorizar seus direitos culturais e territoriais, fortalecer os meios de vida e a qualidade de vida das pessoas, promover autonomia e participação ativa de diversos grupos em todas as etapas do processo e assegurar a distribuição equitativa e justa dos benefícios da restauração.

A restauração inclusiva é um processo contínuo,

que transcende projetos pontuais e se integra aos sistemas socioeconômicos locais, promovendo transformação social em diferentes escalas, garantindo a sustentabilidade e o bem-estar das pessoas e do meio ambiente. Adotar uma abordagem inclusiva amplia as chances de sucesso da restauração, pois resgata o sentimento de pertencimento dos grupos locais e incentiva a corresponsabilização pela restauração ecológica e social de seus territórios. Dessa forma, a restauração inclusiva fortalece territórios, fomenta economias locais justas e transforma a relação dos diversos grupos locais com a natureza, colocando-os no centro das soluções ambientais.

A restauração inclusiva também desempenha um papel estratégico na recuperação e manutenção de diversos serviços ecossistêmicos, em particular os hídricos, como a recarga de aquíferos, a regulação do regime hidrológico e a melhoria da qualidade da água. Especialmente em territórios onde as populações dependem diretamente de nascentes, veredas e corpos d'água para sua subsistência, o **envolvimento ativo das comunidades é essencial** para garantir a proteção dessas áreas.

DIRETRIZES PARA A RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA INCLUSIVA

A restauração inclusiva contribui diretamente para o cumprimento de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como o **Acordo de Paris**, os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, a **Convenção da Diversidade Biológica (CDB)** e o **Marco Global da Biodiversidade da Organização das Nações Unidas (ONU)**. Para que esses compromissos sejam cumpridos, é fundamental a adoção de um enfoque territorial que considere a diversidade ecológica e sociocultural, garantindo que as soluções e técnicas de restauração sejam adaptadas às especificidades e aos objetivos locais e integradas às políticas públicas nos níveis municipal, estadual e federal.



AS CINCO PRINCIPAIS DIRETRIZES PARA PROMOVER UMA RESTAURAÇÃO INCLUSIVA:

01

Engajar uma diversidade de grupos locais

Fortalecer redes diversas de grupos locais para a construção de uma governança forte e participativa favorece a definição compartilhada dos objetivos socioculturais e ecológicos da restauração, bem como a mobilização de recursos diversos para a restauração.

02

Integrar os saberes científicos e tradicionais na produção de inovação social

Reconhecer e incorporar o conhecimento tradicional, as práticas locais e as inovações sociais ao conhecimento científico e acadêmico contribui para a construção de diagnósticos socioambientais mais representativos dos desafios e necessidades do território, possibilitando a implementação de soluções de restauração mais efetivas e localmente relevantes.

03

Adotar um processo transversal de tomada de decisão

Garantir a participação ativa dos diversos grupos locais, especialmente os PIQPECTAFs, desde a priorização e o planejamento até a execução e o monitoramento do sucesso da restauração, contribui para a sustentabilidade dos meios de vida e dos ecossistemas restaurados.

DIRETRIZES PARA A RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA INCLUSIVA



© Emerson Silva / WWF-Brasil

04

Desenvolver estratégias voltadas para o contexto social e dinâmicas do território

Adotar estratégias que reconheçam o acesso desigual aos recursos e à tomada de decisão é essencial para desenvolver programas de restauração inclusivos. Identidades sociais, como gênero, classe, raça e etnia, posse da terra e cultura, definem quem controla os recursos, a circulação da informação e a existência de conflitos.

05

Promover a distribuição justa e equitativa dos benefícios

Assegurar que benefícios materiais e imateriais da restauração, como trabalho, renda, recursos essenciais, conhecimento, bem-estar e autonomia, alcancem, de maneira justa e equitativa, comunidades historicamente marginalizadas, fortalecendo o engajamento comunitário em iniciativas de restauração.

PRIORIZAÇÃO
DE ÁREAS

Priorizar áreas com base nos seguintes critérios:

Presença de comunidades engajadas e mobilizadas.

Presença de áreas com nascentes, veredas, córregos e zonas úmidas reconhecidas pelos grupos locais como estratégicas para o abastecimento e a segurança hídrica.

Degradação reconhecida pelas comunidades locais e pelos diagnósticos técnicos.

Maximização da qualidade e regularidade da água.

Maximização de benefícios múltiplos, incluindo benefícios sociais, econômicos e culturais para populações mais vulneráveis, como, por exemplo, produção de alimentos.

Utilização de mapas com dados produzidos regionalmente e localmente quando possível, e globalmente ou nacionalmente quando necessário.

Presença de pequenas propriedades e lotes de Assentamentos da Reforma Agrária com déficit de reserva legal (passivo ambiental). Por exemplo, a restauração de reservas legais em áreas de assentamentos com passivo ambiental pode auxiliar na regularização e liberação da titulação da terra junto a órgãos governamentais como o INCRA.

Maximização da conectividade ecológica para a melhoria da resiliência dos ecossistemas restaurados, voltada à implementação de corredores ecológicos entre áreas protegidas e paisagens produtivas.

BOAS PRÁTICAS PARA A RESTAURAÇÃO INCLUSIVA

ETAPAS DA RESTAURAÇÃO

DIAGNÓSTICO, PLANEJAMENTO E ENGAJAMENTO

BOAS PRÁTICAS

Estabelecer, junto aos grupos locais, os múltiplos objetivos da restauração (ex.: produção de frutos nativos e naturalizados, madeira, melhoria da qualidade e da regularidade da água, contenção de erosão, aumento da biodiversidade etc.).

Selecionar, com os grupos locais, espécies e consórcios de espécies com base em saberes locais e conhecimentos técnicos, respeitando a funcionalidade ecológica e o uso tradicional.

Mobilizar proprietários de terra e assentamentos com déficit de reserva legal e de área de preservação permanente para a restauração de suas terras e o cumprimento do Código Florestal.

Estabelecer Comitê Gestor da Restauração do Território e rede sociotécnica, com representantes dos grupos locais, para acompanhar e tomar decisões sobre todo o processo de restauração.

Requisitar apoio de órgãos governamentais nacionais, estaduais e municipais em questões fundiárias.

Realizar Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) aos PIQCTAFs impactados pelo projeto de restauração antes de sua implementação, utilizando protocolos de consulta construídos localmente, conforme previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Oferecer formações contínuas e territorializadas, incluindo cursos de curta e longa duração e oportunidades em nível universitário para jovens e

ETAPAS DA RESTAURAÇÃO

DIAGNÓSTICO, PLANEJAMENTO E ENGAJAMENTO

BOAS PRÁTICAS

lideranças locais. Estes cursos devem ser definidos com os grupos locais, considerando suas prioridades e abrangendo temas como restauração ecológica, práticas agroecológicas, associativismo, políticas públicas, mobilização de recursos e gestão de projetos.

Valorizar e promover o protagonismo das mulheres, assegurando o respeito a seus direitos, incluindo o direito à terra e aos recursos naturais, assim como à sua participação na tomada de decisões coletivas.

Incluir o mapeamento de territórios tradicionalmente ocupados e áreas de uso coletivo como base para definir estratégias justas de restauração, respeitando os direitos territoriais já reconhecidos e promovendo a regularização fundiária onde necessário.

Incorporar nos diagnósticos indicadores socioambientais relacionados ao acesso à água de qualidade, especialmente em territórios vulnerabilizados.

Fomentar nos territórios o uso de práticas agroecológicas e de conservação do solo e da água que reduzam a contaminação e melhorem a infiltração.

Promover sensibilização sobre a importância da restauração para a recuperação da água e de outros serviços ecossistêmicos (polinizadores, inimigos naturais, produtos da sociobiodiversidade, carbono).

Estabelecer contratos longos que incluam tempo e recursos para mobilização, formação e estruturação de força de trabalho para o projeto.

BOAS PRÁTICAS PARA A RESTAURAÇÃO INCLUSIVA

ETAPAS DA RESTAURAÇÃO

FORNECIMENTO DE SEMENTES E MUDAS

BOAS PRÁTICAS

Apoiar e ampliar redes comunitárias de sementes e mudas, com investimento público e parcerias institucionais que fortaleçam capacidades técnicas, infraestrutura, segurança financeira e jurídica dessas iniciativas.

Priorizar a compra de sementes e mudas de redes e grupos de base comunitária.

Fomentar o compartilhamento de saberes sobre técnicas de coleta e beneficiamento entre redes comunitárias e viveiros.

Sensibilizar proprietários rurais para garantir acesso de coletores a áreas de coleta em suas propriedades.

Encomendar sementes e mudas com antecedência de um ano, para que os fornecedores, em especial os de base comunitária, possam atender à demanda com a diversidade de espécies adequadas.

Fomentar a criação de quintais produtivos de sementes visando o aumento da oferta e da acessibilidade às matrizes de sementes.

Promover pesquisas para produção e certificação de sementes nativas.

ETAPAS DA RESTAURAÇÃO

BOAS PRÁTICAS

INTERVENÇÕES, PREPARO, PLANTIO E MANUTENÇÃO

Financiar e estimular projetos de restauração liderados por organizações locais, fortalecendo capacidades locais para exercer a liderança de projetos e acessar grandes recursos.

Contratar recursos humanos locais para as intervenções necessárias, garantindo remunerações e acordos de trabalho justos, com respeito às condições socioculturais.

Promover processos que permitam aos grupos locais desenvolver conhecimento e habilidades para o manejo dos ecossistemas restaurados no médio e longo prazo.

Fortalecer o protagonismo das comunidades locais para que prestem serviços relacionados à restauração.

Adotar práticas de manejo adaptativo, baseadas em monitoramento participativo e aprendizado contínuo, ajustando técnicas e estratégias às mudanças nas condições ambientais e às avaliações feitas pelos próprios grupos locais.



BOAS PRÁTICAS PARA A RESTAURAÇÃO INCLUSIVA

ETAPAS DA RESTAURAÇÃO

BOAS PRÁTICAS

MONITORAMENTO

Promover formação dos grupos locais em monitoramento da restauração, de forma autônoma, com protocolos que avaliem a necessidade de manejo, o sucesso da restauração e indicadores de qualidade e de disponibilidade de água. Focar especialmente nos jovens, incentivando o engajamento nas atividades e gerando renda para este grupo.

Planejar o monitoramento desde o início do projeto, garantindo os custos operacionais e humanos no orçamento.

Selecionar, junto às comunidades, indicadores de monitoramento simples que reflitam seus objetivos.

Promover e valorizar a presença da comunidade humana nas áreas pós-plantio, através de visitas coletivas, celebrações e avaliações dos resultados.

Capacitar grupos locais sobre o uso de tecnologias acessíveis, como aplicativos móveis e ferramentas de georreferenciamento, que possam ser operados localmente para apoiar o monitoramento comunitário e facilitar o diálogo com parceiros institucionais.

ETAPAS DA RESTAURAÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA RESTAURAÇÃO E DA SOCIOBIODIVERSIDADE

BOAS PRÁTICAS

Estruturar cadeias de valor da sociobiodiversidade (infraestrutura, logística, mercado) para escoamento de produtos.

Estimular o consumo local de produtos da sociobiodiversidade.

Fortalecer empreendimentos locais e redes produtivas (associações, cooperativas, grupos informais) com apoio técnico e formações.

Fomentar o acesso a políticas públicas de compras de produtos da agricultura familiar, que incluam produtos oriundos da restauração ecológica e da sociobiodiversidade.



BOAS PRÁTICAS PARA A RESTAURAÇÃO INCLUSIVA

ETAPAS DA RESTAURAÇÃO

BOAS PRÁTICAS

COMUNICAÇÃO

Valorizar e divulgar as contribuições, os saberes e o protagonismo dos grupos locais relevantes, em especial das comunidades locais.

Comemorar os sucessos de restauração coletivos de diversos territórios, promovendo o intercâmbio de experiências e fortalecendo redes de apoio.

Comunicar os resultados de pesquisas de forma acessível aos grupos locais, com linguagem e formatos adequados (ex.: cartilhas, rodas de conversa, materiais audiovisuais).

Promover narrativas inclusivas e autênticas, garantindo que as vozes das comunidades locais sejam o centro da comunicação.

Garantir investimentos para a comunicação profissional e educativa.

Fomentar espaços de comunicação horizontal e dialógica, que possibilitem a escuta ativa.

Articular a comunicação com processos de incidência política, dando visibilidade às demandas dos territórios restaurados e fortalecendo o papel dos grupos locais na formulação e revisão de políticas públicas relacionadas à restauração.

Garantir que os conteúdos produzidos sejam acessíveis em múltiplas línguas, com audiodescrição e linguagem apropriada.

Lista de verificação de boas práticas para projetos de restauração inclusiva

Esta lista de verificação foi elaborada para apoiar a equipe responsável pela implementação do projeto de restauração, servindo como uma ferramenta de reflexão interna sobre como incorporar e fortalecer boas práticas voltadas a uma restauração inclusiva. Ele pode ser utilizado de diferentes formas: por meio de respostas simples de “**sim**” ou “**não**”, por descrições ou análises que expliquem como cada questão foi ou será contemplada no projeto, ou ainda por meio de uma escala de avaliação, por exemplo, de **1 a 5**, em que **1** indica que a **boa prática não foi considerada** e **5** representa sua **plena aplicação**. Assim, as perguntas da lista podem orientar o planejamento do projeto de restauração, contribuindo para que ele se torne mais inclusivo.



PRIORIZAÇÃO DA RESTAURAÇÃO



As áreas foram priorizadas com a participação ativa e o engajamento de comunidades locais?



As áreas com nascentes, veredas, córregos e zonas úmidas reconhecidas pelos grupos locais como estratégicas para o abastecimento e a segurança hídrica foram consideradas na priorização?



A priorização considerou a degradação reconhecida tanto pelas comunidades quanto por diagnósticos técnicos?



A priorização visa a maximização da qualidade e regularidade da água?



A priorização busca maximizar benefícios sociais, econômicos e culturais para populações mais vulneráveis?



Foram utilizados mapas de priorização regionais/locais?



Pequenas propriedades e lotes de Assentamentos da Reforma Agrária foram incluídos na priorização?



Critérios de conectividade ecológica foram incorporados para maximizar a resiliência dos ecossistemas restaurados (ex.: corredores ecológicos)?



Os múltiplos objetivos da restauração (ex.: produção de frutos nativos, madeira, melhoria da água, contenção de erosão, aumento da biodiversidade) foram estabelecidos conjuntamente com os grupos locais?



Espécies e consórcios de espécies foram selecionados, com os grupos locais, com base em saberes locais e conhecimentos técnicos, respeitando a funcionalidade ecológica e o uso tradicional?



Proprietários de terra com déficit de Reserva Legal (RL) e Área de Proteção Permanente (APP) foram mobilizados para a restauração e o cumprimento do Código Florestal?



Um comitê gestor da restauração e uma rede sociotécnica com representantes dos grupos locais foram estabelecidos para acompanhar e tomar decisões?



Órgãos governamentais estão disponíveis para auxiliar nas questões fundiárias?



Os PIQPTAFs e seus territórios impactados pelo projeto foram amplamente consultados, informados e deram seu consentimento livre, prévio e informado (CLPI) conforme protocolo de consulta construído localmente?



Foram oferecidas formações contínuas e territorializadas, como cursos de curta e longa duração e oportunidades universitárias para jovens e lideranças?

DIAGNÓSTICO, PLANEJAMENTO E ENGAJAMENTO



Os temas de formação foram definidos em conjunto com os grupos locais, baseados em suas prioridades?



A participação de mulheres foi valorizada e promovida, assegurando respeito aos seus direitos (incluindo o direito à terra e aos recursos naturais) e participação na tomada de decisões?



O mapeamento de territórios tradicionalmente ocupados e áreas de uso coletivo foi incluído como base para definir estratégias justas de restauração?



A regularização fundiária foi promovida onde necessário, respeitando direitos territoriais já reconhecidos?



Os diagnósticos incorporaram indicadores socioambientais relacionados ao acesso à água de qualidade, especialmente em territórios vulnerabilizados?



Foi fomentado o uso de práticas agroecológicas e de conservação do solo e da água que reduzam a contaminação e melhorem a infiltração?



Foi promovida a sensibilização sobre a importância da restauração para a recuperação da água e de outros serviços ecossistêmicos?



Foram estabelecidos contratos longos que incluem tempo e recursos para mobilização, formação e estruturação da força de trabalho?

FORNECIMENTO DE SEMENTES E MUDAS



Redes comunitárias de sementes e mudas foram apoiadas e ampliadas?



As sementes e mudas necessárias para a restauração foram compradas de redes e grupos de coletores de base comunitária?



Houve fortalecimento das capacidades técnicas, infraestrutura e segurança jurídica dessas iniciativas?



Foi fomentado o compartilhamento de saberes sobre técnicas de coleta e beneficiamento entre redes comunitárias e viveiros?



Proprietários rurais foram sensibilizados para garantir o acesso de coletores a áreas de coleta em suas propriedades?



Sementes e mudas foram encomendadas com antecedência de um ano, para garantir o atendimento à demanda com diversidade adequada?



A criação de quintais produtivos de sementes foi fomentada visando o aumento da oferta e da acessibilidade às matrizes de sementes?



Pesquisas para produção e certificação de sementes foram promovidas?

INTERVENÇÕES, PREPARO, PLANTIO E MANUTENÇÃO



Recursos humanos locais foram contratados para as intervenções, garantindo contratações e remunerações justas, com valorização do trabalho e respeito às condições socioculturais?



Processos foram promovidos para permitir que os atores locais desenvolvam conhecimento e habilidades para o manejo dos ecossistemas restaurados?



O protagonismo das comunidades locais para prestar serviços relacionados à restauração foi fortalecido?



Práticas de manejo adaptativo foram adotadas, baseadas em monitoramento participativo e aprendizado contínuo?



Técnicas e estratégias foram ajustadas às mudanças nas condições ambientais e às avaliações dos próprios grupos locais?





Foi promovida a formação dos grupos locais em monitoramento autônomo da restauração, incluindo indicadores de qualidade e de disponibilidade da água?



Houve foco nos jovens para incentivar o engajamento e gerar renda?



O monitoramento foi planejado desde o início do projeto, garantindo os custos operacionais e humanos no orçamento?



Indicadores de monitoramento simples foram selecionados, junto às comunidades, refletindo seus objetivos?



A presença da comunidade nas áreas pós-plantio foi promovida e valorizada através de visitas coletivas, celebrações e avaliações de resultados?



Grupos locais foram capacitados no uso de tecnologias acessíveis (aplicativos móveis, georreferenciamento) para apoiar o monitoramento comunitário e facilitar o diálogo com parceiros?

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA RESTAURAÇÃO E DA SOCIOBIODIVERSIDADE



As cadeias de valor da sociobiodiversidade estão estruturadas (infraestrutura, logística, mercado)?



O consumo local de produtos da sociobiodiversidade foi estimulado?



Empreendimentos locais e redes produtivas (associações, cooperativas, grupos informais) foram fortalecidos com apoio técnico e formações?



Foi fomentado o acesso a políticas públicas de compras de produtos da agricultura familiar, incluindo produtos da restauração ecológica e da sociobiodiversidade?





As contribuições, os saberes e o protagonismo das partes interessadas relevantes, incluindo as comunidades locais, foram valorizados e divulgados?



Os sucessos de restauração coletivos foram celebrados, promovendo o intercâmbio de experiências e fortalecendo redes de apoio?



Os resultados de pesquisas foram comunicados de forma acessível aos grupos locais, com linguagem e formatos adequados (cartilhas, rodas de conversa, materiais audiovisuais)?



Foram promovidas narrativas inclusivas e autênticas, garantindo que as vozes dos grupos locais fossem o centro da comunicação?



Houve garantia de investimentos para a comunicação profissional e educativa?



Espaços de comunicação horizontal e dialógica, que possibilitem a escuta ativa, foram fomentados?



A comunicação foi articulada com processos de incidência política, dando visibilidade às demandas dos territórios e fortalecendo o papel dos grupos locais na formulação de políticas públicas?



Foi garantido que os conteúdos produzidos fossem acessíveis (múltiplas línguas, audiodescrição, linguagem simples)?

Gann, G. D., McDonald, T., Walder, B., Aronson, J., Nelson, C. R., Jonson, J., Hallett, J. G., Eisenberg, C., Guariguata, M. R., Liu, J., Hua, F., Echeverría, C., Gonzales, E., Shaw, N., Decler, K., & Dixon, K. W. (2019). International principles and standards for the practice of ecological restoration. Second edition. *Restoration Ecology*, 27(S1), S1–S46. <https://doi.org/10.1111/rec.13035>

Light For The World. (2024). Restoring ecosystems: Six approaches for disability inclusive climate action. <https://www.light-for-the-world.org/news/restoring-ecosystems-six-approaches-for-disability-inclusive-climate-action/>

Mansourian, S., & Marlene, E. (2024). Putting people at the center of ecosystem restoration. <https://cgspace.cgiar.org/items/ea760a0b-5f0d-4c0e-b3ec-c8461f61363f>

Ramsar Convention Secretariat. (2016). The Fourth Ramsar Strategic Plan 2016–2024. In *Ramsar handbooks for the wise use of wetlands* (5th ed., Vol. 2). <https://www.ramsar.org/document/the-fourth-ramsar-strategic-plan-2016-2024>

Relatoria da reunião geral sobre restauração inclusiva com membros da Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica (2024). <https://docs.google.com/document/d/1nbXCvVwZ8paZsjudeq3fFNSmA88tOP7/edit?usp=sharing&ouid=104351980216624511479&rtfpof=true&sd=true>

Relatoria da Oficina de Restauração Inclusiva promovida pela Araticum (2024). <https://docs.google.com/document/d/117k2xdd89By3tWwl12Ht8j-lZqq6sjp8/edit?usp=sharing&ouid=104351980216624511479&rtfpof=true&sd=true>

Singh, R., Shelar, K., Duraisami, M., Anderson, W., & Gautam, R. S. (2021). Equitable and Inclusive Landscape Restoration Planning: Learning from a Restoration Opportunity Assessment in India. *Ecological Restoration*, 39.

United Nations Environment Programme. (2021). *Becoming #GenerationRestoration: Ecosystem Restoration for People, Nature and Climate*. United Nations Environment Programme. <https://www.unep.org/resources/ecosystem-restoration-people-nature-climate>

Sobre a elaboração deste guia

Este documento reflete um dos maiores pilares da ARATICUM:

promover a restauração do Cerrado com inclusão social, valorizando a construção coletiva do conhecimento. A

elaboração deste guia seguiu este princípio, desde a concepção até a finalização. Foram realizados encontros presenciais e virtuais entre diversos grupos atuantes na restauração ecológica do Cerrado.

A discussão dessa temática iniciou-se com reflexões sobre práticas de restauração junto às comunidades e grupos de coletores da **Cooperuaçu, Grupo de Restauradores da Reserva do Desenvolvimento Sustentável Nascente Geraizeiras, Associação Cerrado de Pé e Aprospera (MG, DF e GO)** durante um dos primeiros projetos de restauração (250 hectares) apoiados pela **ARATICUM**.

Posteriormente, no congresso da **Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica (SOBRE)** em maio de 2024, foi realizada uma reunião presencial com membros da ARATICUM, convidados externos, além de beneficiários e executores do projeto mencionado acima, na qual foi realizada a primeira chuva de ideias sobre o conceito de restauração inclusiva. No dia 11 de setembro, **Dia do Cerrado**, ocorreu uma sessão especial de apresentação dos principais entendimentos sobre o tema.



O processo de **construção coletiva** continuou e se desenvolveu por meio de duas reuniões virtuais, dedicadas a identificar os diversos entendimentos e boas práticas para promover uma restauração ecológica mais inclusiva. A partir da segunda reunião foi elaborado o primeiro rascunho deste documento, e uma nova discussão com executores da restauração foi feita na sede da **Associação Cerrado de Pé**, na região da Chapada dos Veadeiros (GO). A partir dessas contribuições, o documento foi então sistematizado e enviado para a **contribuição de todos os membros da ARATICUM**. Na página a seguir são apresentadas algumas das definições compartilhadas por diversos membros durante as reuniões.

O que é Restauração Inclusiva

Quando procura-se restaurar não só a questão ambiental, mas também a questão social, cultural, econômica e antropológica

Quando as pessoas ganham dinheiro

Quando a restauração é com as pessoas, e não para as pessoas

Quando inclui benefícios amplos que transcendem os benefícios materiais

Quando o agricultor é o sujeito da frase, cuida e diz que é dele

Quando inclui as pessoas ao ponto em que elas sabem o que estão fazendo e porquê

Quando atende às necessidades das pessoas

Quando as pessoas do local são envolvidas desde o planejamento

Quando as pessoas estão no centro - quando incluímos o conhecimento e a identidade territorial

Quando engaja os envolvidos (entendem a importância)

Quando respeita e escuta as populações e seus conhecimentos

Quando a restauração garante o futuro da juventude

Quando restauramos também nosso modo de viver, e que desenvolve habilidades, autonomia e resiliência

ELABORAÇÃO DO TEXTO

Daniel Luis Mascia Vieira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
Lara de Macedo Monteiro	Universidade de Vermont (Estados Unidos da América)
Carolina Sousa Marcial	WWF-Brasil
Silvia Barbosa Rodrigues	Universidade de Brasília (UnB)

REVISÃO DE CONTEÚDO

Alexandre Bonesso Sampaio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Anabele Stefânia Gomes	Rede de Sementes do Cerrado (RSC) /Universidade de Brasília (UnB)
Carol Sacramento	Araticum - Articulação pela Restauração do Cerrado
Danielle Camargo Celentano Augusto	Instituto Socioambiental (ISA)
Fabiana De Gois Aquino	Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (Embrapa Cerrados)
José Felipe Ribeiro	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
Laura Barcellos Antoniazzi	Agroicone
Natanna Horstmann	Rede de Sementes do Cerrado (RSC)
Suelma Ribeiro Silva	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Yasmin Tavares Hirdes	Araticum - Articulação pela Restauração do Cerrado

CONTRIBUIÇÃO NOS ENCONTROS E REUNIÕES DE ELABORAÇÃO

Abilio Vinicius Barbosa Pereira	WWF-Brasil
Alba Orli de Oliveira Cordeiro	Semeia Cerrado
Aline Alves Leão dos Santos	Ministério dos Povos Indígenas (MPI) – Assessoria Internacional
Ana Paula Rodrigues de França	Universidade de Brasília (UnB) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia
Ana Wiederhecker Gabriel	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga (CBC)

Arlen Elida Aguiar Paumgarten	Instituto Federal de Brasília (IFB)
Bárbara Pacheco	Verde Novo
Carmem Lucas Vieira	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade (COMOB)
Claudio Antonio Leal	Instituto Ibramar
Claudio de Almeida Cortes	Associação Cerrado de Pé (ACP)
Clovis Vailant	Instituto Gaia Pantanal
Déborah da Silva Santos	A Vida no Cerrado (AVINC)
Devanir Oliveira de Araujo	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Dimitrio Fernandes Schievenin	Biomás
Edézio Carlos Santos Silva Miranda	Agroicone/Caminhos da Semente
Fabiane Sebaio Almeida	Consórcio Cerrado das Águas
Fábio de Oliveira	Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Fabricia Santarem Costa	COOCREARP
Fernando Antonio Rodrigues Lima	Fundação Pró-Natureza (Funatura)
Fernando Augusto Oliveira Silveira	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Departamento de Genética, Ecologia e Evolução
Flávia de Figueiredo Machado	
Guilherme da Silva Pádua	São Jorge Consultoria em Ecoturismo
Icaro Sousa Abreu	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) – Consultoria
Ilvan Medeiros Lustosa Junior	Instituto Federal de Brasília (IFB)
Isabel Fonseca Barcellos	Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo (SEMIL-SP)
Isabel Freire Correia	Associação Florestalense de Agroecologia (Aflora)
Jaqueline Orlando	Associação Cerrado de Pé (ACP)
Jimena Stringuetti Gaspar de Mello	Rede de Sementes do Cerrado (RSC)
Juliana Assis	WWF-Brasil
Juliana Baldan Costa Neves Araújo	Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) / Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (Embrapa Cerrados)
Juliana Baldin Caporalin	
Laura Cristina Pantaleão	Agroicone

Liliane Lacerda	Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (IASB)
Lissandra Helena Pereira de Paiva Fiorine	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG)
Luiz Gabriel Barbosa-Dias	Universidade Federal de Goiás (UFG)
Madalena Izabel Sousa Ferreira	Sementes do Paraíso
Marcus Ovidio de Freitas Pereira	Associação Cerrado de Pé (ACP)
Maria Eduarda Moreira Salomon Camargo	Rede de Sementes do Cerrado (RSC)
Maria Eugenia Guimaraes	Territórios Globais
Mateus Cardoso Silva	Universidade de Exeter (Inglaterra)
Monique Rodrigues da Silva Andrade Maia	SOLOS
Natalia Cancela Moreira Leite	The Nature Conservancy (TNC)
Nathaly Tacki Maass Ribeiro	TIKRÉ Suprimentos
Nondas Ferreira da Silva	Instituto New Era
Pedro Braga Netto	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental (IBRAM)
Pedro Dias Laumann	Universidade de Brasília (UnB)
Pedro Pereira Santos	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
Polyanna Duarte	Associação Angá
Renan Kawire Malaure Txicão	Movimentando das mulheres YARANG-MMY
Tales Emanuel de Almeida	Associação Cerrado de Pé (ACP)
Thiago Belote Silva	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) – Departamento de Florestas (DFLO)
Valdomiro Brito	Cooperuaçu
Veronica Maioli	WWF-Brasil
Victor Vinicius Ferreira de Lima	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)
Vinicius Pacheco de Almeida	
Yuri Botelho Salmona	Instituto Cerrados

Sugestão de citação

Araticum – Articulação pela Restauração do Cerrado. 2025. Boas práticas para a restauração ecológica inclusiva. Araticum: Brasília-DF.

ISBN 978-65-89267-16-4



ARTICULAÇÃO PELA RESTAURAÇÃO DO CERRADO

A **Araticum**, Articulação pela Restauração do Cerrado, é uma rede colaborativa que atua para promover e monitorar a restauração ecológica do Cerrado. Nossa visão de transformação é a de um Cerrado conservado e restaurado, com seus serviços ecossistêmicos,

inclusão social, conservação da sua sociobiodiversidade e contribuição para a manutenção do clima global.

Saiba mais sobre **Boas Práticas para a Restauração Ecológica Inclusiva** em: araticum.org.br/restauracao-inclusiva

ACOMPANHE A ARATICUM

 araticum.org.br

 [@rede.araticum](https://www.instagram.com/rede.araticum)

 [/company/araticum](https://www.linkedin.com/company/araticum)

Plataforma Araticum:

araticum.org.br/plataforma

Guia do Financiador da Restauração do Cerrado:

araticum.org.br/guia-do-financiador

Diagnóstico socioambiental:

araticum.org.br/diagnostico

Endossam este guia:



ALIANÇA
PELA RESTAURAÇÃO NA
AMAZÔNIA



REDÁRIO



Rede para restauração de
CAATINGA



Pacto pela Restauração



PACTO
PELA RESTAURAÇÃO DA
MATA ATLÂNTICA



REBRE
REBRE